

Dispõe sobre a obrigatoriedade de
manutenção de exemplares da Bíblia
Sagrada nos acervos das
bibliotecas públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a
obrigatoriedade de manutenção de exemplares da
Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas
públicas em todo o território nacional.

Art. 2º As bibliotecas públicas em todo
o território nacional deverão manter, em seus
acervos, 1 (um) exemplar, no mínimo, da Bíblia
Sagrada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data
de sua publicação.
CÂMARA DOS DEPUTADOS, de janeiro de 2009.